

## **AS LUTAS CAMPONESAS E O PROCESSO DE DESLOCAMENTO EM DECORRÊNCIA CONSTRUÇÃO DA BARRAGEM DA UHT NA MICRORREGIÃO DE CAMETÁ-PA**

Gerlane da Silva Ferreira<sup>1</sup>  
Diego da Silva Marques<sup>2</sup>  
Silvestre Junior Silva de Sousa<sup>3</sup>

### **Resumo.**

O escopo deste artigo apresenta um ensaio teórico-metodológico, no qual o estudo se pautou em compreender através do ato memorialístico as desconfigurações e experiências do povo tradicionais a jusantes da barragem de Tucuruí, na microrregião de Cametá-PA, que sofreram deslocamento in situ, desestruturação social, ambiental e econômica em decorrência da construção da barragem da hidrelétrica no município de Tucuruí que se deu a partir de um planejamento autoritário. Utilizamos as contribuições teóricas de Zhouri(2013), Weber(2005), Magalhães (2007) e Hébette (2002); utilizaremos o método história de vida, por ser mais condizente com o nosso processo investigativo. As nossas considerações acerca na temática abordada são preliminares, baseadas penas em hipótese, mas de antemão, considera que o povo camponês fizeram resistência, sofreram injustiças e tiveram seus direitos violados.

**Palavras-chave: Memória social, povos tradicionais, barragem, deslocamento In situ**

### **Introdução.**

A pertinência desta pesquisa se ancora no campo de disputa, de conflito territorial, deslocamento In situ<sup>1</sup>, expropriação econômica e resistência do povo camponês, dessa maneira, o campo será tratado aqui, como um espaço de luta e resistência, por isso, o deslocamento In Situ, característico do processo vivenciado pelos camponeses que são reconhecidos como povos tradicionais<sup>2</sup> e, que são agentes sociais atingidos pela construção da barragem, decorrente da implantação da Usina Hidrelétrica no município de Tucuruí, no rio Tocantins, Pará, que atingiu diversos municípios, mas, daremos enfoque para a microrregião do município de Cametá que será o foco da nossa investigação.

A UHT é um dos maiores projeto hidrelétrico construído pelo estado, a partir do programa grande Carajás (PGC), que data seu inicio oficial em 1980, a partir do discurso de integração do território amazônico, com retóricas de “integrar para não entregar” (Oliveira,1998) que são “O discurso como a psicanálise nos mostrou não é simplesmente

---

<sup>1</sup>FELDMAN, Shelley; GEISLER, Charles; SILBERLING, Louise. **Moving targets: displacement, impoverishment, and development.** *Internacional Social Science Journal*, 55: 7–13. 2003

<sup>2</sup>No Brasil, o decreto n.º 6.040/2007 refere-se ao termo populações tradicionais como: I – Povos e Comunidades Tradicionais: grupos culturalmente diferenciados e que se reconhecem como tais, que possuem formas próprias de organização social, que ocupam e usam territórios e recursos naturais como condição para sua reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e econômica, utilizando conhecimentos, inovações e práticas gerados e transmitidos pela tradição (BRASIL, 2007).

aquilo que se manifesta (ou oculta) o desejo; é também aquilo que é o objeto do desejo” (FOUCAULT, 1996, pág. 10-11), os discursos hegemônicos são um jogo de relação de poder e de exclusão, o autoritarismo e os discursos do estado, resultou em 30 anos de desenvolvimento frustrado, conforme elucida Coelho (2014).

A usina implantada em Tucuruí foi construída com intuito de atender o projeto grande Carajás, a hidrelétrica era um dos um elemento constitutivo do programa grande Carajás e a partir da década de 80, os estudos já evidenciavam a dubiedade e incerteza do futuro do Brasil e da Amazônia em detrimento ao grande projeto de exploração de mina, para que o projeto fosse executado com êxito esperado, era necessária toda uma logística, o governo se responsabilizou em disponibilizar um capital econômico exorbitante para que pudesse compreender a estrutura básica necessária que incluía desde a construção de ferrovias e rodovias, como reformas de aeroportos e portos hidroviários até a construção de hidrelétricas. Fazendo uso das contribuições de Hall (1991) que considera que as empresas estatais foram criadas com capital privado nacional e transnacional, como por exemplo, o Projeto Grande Carajás, de expressão financeira e extensão geográfica.

Nesse sentido, a construção de uma hidrelétrica em Tucuruí, foi construída visando fornecer energia elétrica para as siderúrgicas, mais precisamente, para o complexo Albrás e Alunorte. “As disputas territoriais que vemos pipocar na Amazônia, tem sua origem nesse processo de “colonização” (GRZYBOWSKY, 2014, p.05)”. O território aqui possui duas conotações, de um lado, um palco de disputas políticas, dos grupos hegemônicos na busca de acumulo de capital, do outro, os camponeses, que tentavam resistir contra a expropriação tanto causada pelo deslocamento compulsório e In Situ, quanto pela “expropriação econômica” que é o caso da microrregião de Cametá, nesse sentido, Haesbaert (1997) pontua que território possui uma relação de poder, tanto no sentido mais concreto de dominação, quanto no sentido representativo, como simbólico de dominação, fazendo alusão às considerações de Lefebvre, Haesbaert (2004) faz uma distinção entre apropriação e dominação (posseção e propriedade), dessa forma, o território apresenta-se através de uma dicotomia, trazendo essas elucidações para o contexto de nossa pesquisa, compreendemos que para o povo camponês o território é “processo muito mais simbólico”, carregado das marcas do “vivido”, já para os grupos hegemônicos, representa a propriedade no sentido mais “mais concreto, funcional e vinculado ao valor de troca” (HASBAERT, 2004, p.02) o autor ratifica ainda que em “[...] decorrência deste raciocínio, é interessante observar que, enquanto

“espaço-tempo vivido”, o território é sempre múltiplo, “diverso e complexo”, ao contrário do território “unifuncional” proposto pela lógica capitalista hegemônica”. (HASBAERT, 2004, p.02).

### **Problematizando a pesquisa**

A implantação do projeto hidrelétrico em Tucuruí causou impactos sociais imensuráveis oriundos da ação humana, nesse sentido, os efeitos colaterais desse projeto no sul do estado do Pará, na Amazônia oriental, foram gigantescos. De acordo com Magalhães (2007) a data oficial que marca o início da construção da barragem de Tucuruí se dá a partir da década 1975 e a primeira etapa foi concluída em 1978/1979, sendo que os impactos socioambientais afetaram não só a população residente a montante, mas, também, alterou as condições de vida dos agentes sociais, que são os povos camponeses residentes a jusante, no qual essa pesquisa se propõe investigar a partir da memória social desse povo para compreendermos as lutas históricas travadas pela população camponesa e, o período histórico que eclodiu as articulação e manifestação dos movimentos dos atingidos por barragem que pautaram a questão da microrregião de Cametá-PA, frente as mudanças e ao deslocamento In situ, trabalharemos com o conceito In Situ pelo fato de designar o sofrimento, a alteração no modo de viver de uma população.

É importante ressaltar que:

Essa fatalidade valeu ao Pará momentos trágicos de ocupação latifundiária, de devastação, pilhagem de recursos naturais e de conflitos sociais”. Por outro lado, este processo fez a população local “amadurecer no sofrimento e na luta, nasceram e se desenvolveram movimentos populares, organizações de trabalhadores, grupos de pressão pela defesa dos direitos humanos e pela preservação do meio ambiente” (HÉBETTE, 2004, p. 43).

O movimento dos atingidos pela barragem (MAB) inseriu nas reivindicações a pauta de luta que contemplava os municípios situados a jusante, visto que, também foram atingidos, apesar de que naquele contexto não eram reconhecidos oficialmente, pois, de acordo com Magalhães (2007) a Eletronorte empresa subsidiária responsável pelo deslocamento e realocação só considerava os municípios de Tucuruí, Breu Branco, Novo Repartimento, Jacundá, Itupiranga e Rondon do Pará, pois estes, tiveram seus territórios alagados, no entanto, depois de intensas reivindicações do movimento dos expropriados e, a partir de 2003, a Eletronorte reconheceu e oficializou os municípios que formam a microrregião a jusantes que são: Baião, Mocajuba, Igarapé-Miri, Limoeiro do Ajuru e Cametá. Nessa perspectiva,

“atingidos são todos que sofrem modificações diretas nas suas condições de vida” ENTAB (1989, apud; MAGALHÃES, 2007, p.64), mas, o recenseamento mais atualizado aponta que são 17 municípios atingidos a jusantes, entre eles, o município de Abaetetuba.

As transformações territoriais ocorridas na região do Baixo Tocantins, nas chamadas “cidades na floresta”<sup>3</sup> que foram criadas para atender os grandes objetos econômicos que foram implantados a partir do século XX, mostra a desestruturação do processo de modernização que ocorreu na Amazônia.

Trindade (2010) faz algumas elucidacões acerca do processo de modernização das cidades, na qual” tratam-se de novos objetos inseridos na nova dinâmica territorial [...] a expansão de rede de energia elétrica, apoiada na instalação de modernas hidrelétricas; a presença de grandes projetos econômicos e de infraestrutura, e, igualmente, suas modernas cidades” (p.120). Nesse contexto, faremos uso do conceito “cidade na floresta”, pois, até meados do século XX predominavam-se as “cidades da floresta”, a partir de então, a Amazônia passou por um processo de integração territorial.

A partir da problematização e do processo de transformação no território amazônico em decorrência dos grandes objetos econômicos e, nesse processo de transformacões globalizatório, surge o seguinte questionamento, como os agentes sociais que vivenciaram as medidas do estado autoritário e que tiveram suas dinâmicas de vida modificada pela construção de barragem de Tucuruí, avaliam o processo de transformacão numa perspectiva temporal a partir reconfiguracão de seu campo de açãõ?

Os grandes projetos governamentais voltados para atender a logística do desenvolvimento de projetos agropecuários, de exploracão de minas e transformacão industrial desencadeiam a integracão de crescentes porções do espaço nacional, rompem-se as condições de espaço das formas sociais (ACSERALD, 2010)

### **A memória e sua dimensãõ social**

Neste trabalho, a memória se apresenta como um campo relevante no meio científica, por tanto, a definicão de memória perpassa por vários campos dos conhecimentos e vem se consolidando e tornando-se eminente no âmbito das Ciências Sociais, visto que “o estudo da memória social é um dos meios fundamentais de abordar os problemas do tempo e da história, relativamente aos qual a memória está ora em retraimento, ora em transbordamento” (LE-

---

<sup>3</sup>Ver: Trindade Jr. Saint-Clair. Cidades na floresta: os “grandes objetos” como expressões do meio técnico-científico informacional no espaço amazônico. Revista: ieb, n51, março/set, 2010, p.113-137

GOFF, 1990, p. 368), “para confirmar ou recordar uma lembrança, não são necessários testemunhos no sentido literal da palavra, ou seja, indivíduos presentes sob uma forma material e sensível” (HALBWACHS, 2013, p. 31). Assim, Halbwachs (1990; p. 18) ressalta que “fazemos apelo aos testemunhos para fortalecer ou debilitar, mas também para completar, os que sabemos de um evento do qual já estão informados de alguma forma, embora muitas circunstâncias nos permaneçam obscuras”.

É nesse contexto, que recorreremos à memória para analisarmos o processo durante e depois da implantação da UHT e bem como estão os agentes sociais e o que diz o poder público acerca do processo conturbado vivenciado pela população camponesa que teve o seu modo de se relacionar com o espaço modificado. De acordo com Lowenthal(1998) “ o passado nunca esteve morto[.] Ele existe ininterruptamente na memória de pensadores e homens imaginativos

### **Deslocamento In Situ: uma nova abordagem**

A história já registrou alguns recortes acerca processo de lamentação e dor vivenciado pelos povos tradicionais que se encontravam a montante do rio e que tiveram suas relações com a natureza modificada em decorrência da construção da barragem e que sofreram deslocamento compulsório, realocamento e que tiveram que se “adaptar” em outros nichos totalmente divergentes do qual se encontravam precedente a implantação da usina. No entanto, pouco se discutiu em relação à população camponesa das regiões a jusantes que sofreram deslocamento in situ, no caso específico deste estudo, nos reportamos à microrregião de Cametá. Para Zhouri et al (2013), esse tipo de deslocamento é "uma forma particular de movimento da população no espaço, marcada por uma dinâmica que entrelaça violência e conformação dos sujeitos", e que assume múltiplas configurações (p. 3). Espaço é tratado aqui na perspectiva de que "a relocação física não é condição necessária para caracterização do deslocamento compulsório" (ZHOURI et al, 2013, p. 7), a partir das considerações da autora e na perspectiva Haesbaert (1997) o território é “uma dimensão simbólica, cultural, através de uma identidade territorial atribuída pelos grupos sociais, como forma de “controle simbólico” (p.42).

ZHOURI (et al, 2013) corroboram que:

Grupos podem experimentar a compulsoriedade desses processos sem efetivamente deixarem seus lugares de origem, na medida em que veem seus recursos e formas de reprodução social comprometidos pelos efeitos de outras intervenções. O deslocamento *in situ* se refere, assim, a processos em que as pessoas permanecem no lugar, mas têm

suas condições de existência significativamente alteradas, modificando sua posição social, em especial suas condições de vulnerabilidade e risco. Nessa medida, o deslocamento compulsório diz respeito não ao movimento físico em si, mas às relações de inclusão e exclusão a partir das quais as pessoas perdem acesso e controle sobre suas condições de existência e reprodução social, incluindo, recursos naturais e materiais, moradia, segurança, redes de solidariedade, confiança e parentesco (p. 3)

Ratificando as colocações de ZHOURI, Feldman et al (2003), que o deslocamento *in situ* configura-se com perda significativa de direitos, sem deslocamento no sentido mais concreto;

Mesmo na ausência de desenraizamento físico, as pessoas podem experimentar o deslocamento *in situ*. Esta forma de deslocamento, sentida pelas pessoas durante a sua estada no lugar, é igualmente um processo em curso, mas que conceitualmente é diferente de se encontrar em uma nova posição na hierarquia social. Pelo contrário, o deslocamento *in situ* depende de relações de exclusão que estabelecem novos limites para o movimento físico e social das pessoas. Exemplos convincentes incluem perda de benefícios sociais e outros direitos, sofrendo discriminação ou ostracismo, ou ter os direitos civis ou acordos de propriedade suspensos. Todas as formas de deslocamento são consideradas (...) como ligadas de várias formas aos caprichos dos projetos de desenvolvimento. (tradução nossa)

É nessa perspectiva que o deslocamento que ocorreu na microrregião de Cameté se configura como deslocamento *in situ*, sendo também um processo de desterritorialização, uma perda ao controle econômico e simbólico, mas se considerarmos as contribuições Haesbaert acerca do processo de desterritorialização, no qual nesse processo está sempre implícito a reterritorialização no qual o homem vai se adaptar a novos territórios, e o processo de desterritorialização é decorrência das mudanças, no caso específico de nossa pesquisa, as alterações se deram pelo projeto de desenvolvimento econômico e a partir das transformações globais que Haesbaert elucida que a vida é um constante movimento, estamos sempre passando de um território para outro desterritorializando e reterritorializando.

## **Considerações**

### **Considerações em movimento.**

Este ensaio se constitui enquanto um fragmento teórico preliminar, que se delineará paulatinamente que possibilitará delimitar e construir o nosso objeto de estudo com excelência e, por conseguinte, chegar aos objetivos traçados, haja vista que nossa pesquisa se

dará a partir de um recorte temporal de forma analítica considerando o contexto político mais amplo do país, procurando, ao mesmo tempo conhecer melhor como se deu o processo de luta dos atingidos em contexto autoritário e que se possam avaliar as condições de ruptura com o regime de exceção tal com ela foi percebida no terreno de luta que teve como protagonistas grupos sociais pouco representados nas no âmbito do poder. A pesquisa permitirá, assim, qualificar a natureza específica da transição democrática pela qual o Brasil atravessou ao longo dos anos 1980, verificando em que medida a esfera pública reconstituída após o fim do regime de exceção mostrou-se capaz de abrigar a formulação de demandas por parte dos grupos atingidos por grandes projetos de desenvolvimento a partir da revisão literária já é possível vislumbrar os conflitos, as lutas vivenciadas pelo povo camponês em decorrência construção da barragem da hidrelétrica de Tucuruí, onde se tem mais uma catástrofe oriunda do projeto de governo autocrático que mostrou o autoritarismo exacerbado evidenciando a hegemonia e/ou dominação política e desvalorização dos povos tradicionais, deixando-os alheios de seus direitos e participação no meio político, todo esse processo desvela a situação de negligência por parte do poder público que no seu intento não mensurou as consequências que a implantação de um projeto desse porte acarretaria na região do baixo Tocantins, pois seu real interesse era apenas produção e acumulação do capital, onde a espaço, a “terra, por sua vez, sofre mudanças nos seus modos de apropriação, ocupação e uso” (ACSERALD, 2010, p.160).

## Referências

- ACSELRAD, Henri. **Mercado de Terras e Meio Ambiente em áreas de grandes projetos de investimento - o caso da Usina Hidrelétrica de Tucuruí**. Estudos Sociedade e Agricultura (UFRJ), v. 18, p. 158-192, 2010.
- Amazônia**. Campinas/SP: Papyrus, 1988.
- Brioschi LR, Trigo MHB. **Relatos de vida em ciências sociais**: considerações metodológicas. Ci ce Cult 1987; 39 (7): 631-7..
- DENZIN, N.K. **Interpreteativa biografia**. Newbury Park: SAGE Publicação, Inc., 1989.
- ENTAB. **Terra Sim, Barragens Não, 1º Encontro Nacional de Trabalhadores Atingidos por Barragens**, Goiânia, 1989, 40p

- FELDMAN, Shelley; GEISLER, Charles; SILBERLING, Louise. **Moving targets: displacement, impoverishment, and development.** International Social Science Journal, 55: 7-13. 2003
- FOUCAULT, M. **A Ordem do Discurso.** São Paulo: Loyola, 1996.
- FOUCAULT, Michel. **A escrita de si.** In: O que é um autor? Lisboa: Passagens. 1992. pp. 129-160
- HAESBAERT, R. **Desterritorialização: entre as redes e os aglomerados de exclusão.** In: Castro I. ET AL (orgs) Geografia: conceitos e temas. Rio de Janeiro, 1995, Bertrand Brasil.]
- HALBWACHS, Maurice. **La Mémoire Collective.** Paris: Presses Universitaires de France, 1950
- HALL, Anthony. **O programa Grande Carajás- gênese e evolução.** In:
- HEBETTE, Jean (org.) O cerco está se fechando: o impacto do grande capital na Amazônia,
- HÉBETTE, Jean [Org.]. **O Cerco Está Se Fechando.** Prefácio de José de Souza Martins. Rio de Janeiro: Editora Vozes, 1991, 347p.
- HÉBETTE, Jean, et al. [Org.]. **No mar, nos rios e na fronteira: face do campesinato no Pará.** Edufpa. Prefácio de Maria Conceição D’Incao. 2002, 359p.
- HÉBETTE, Jean. **A Resistência dos Posseiros no Grande Carajás.** 11º Encontro dos Grupos Temáticos do Projeto de Intercâmbio de Pesquisa Social em Agricultura, PIPSA, documento mimeografado.
- LASCHEFSKI, K. & PEREIRA, D. (Orgs.). **A Insustentável Leveza da Política Ambiental: Desenvolvimento e conflitos socioambientais.** Belo Horizonte: Autêntica, 2005b, p.89-116.
- LE GOFF, J. **Os intelectuais na Idade Média.** Rio de Janeiro: José Olympio, 2003.
- MAGALHÃES, Sônia Barbosa. **Lamento e Dor. Uma análise sócio-antropológica do deslocamento compulsório provocado pela construção de barragens.** Belém, 2007. Tese (Doutorado), Ciências Sociais, Universidade Federal do Pará, Brasil; Universidade Paris 13, França, 2007.
- MANÇANO, B. **Questão agrária e capitalismo: o debate paradigmático de modelos de desenvolvimento para o campo.** Revista da Associação Brasileira de Reforma Agrária, São Paulo, 01, n. 02, Outubro 2014. 41-54.
- MORAES, I. P. de. **Do tempo dos Pretos d’antes aos Povos do Aproaga: Patrimônio arqueológico e territorialidade quilombola no vale do rio Capim (PA).** 2012. 237 f. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal do Pará, Belém-PA.



MOURA, E. A. F.; MAIA, M. L. S. **Industrialização e Grandes Projetos: Desorganização e Reorganização do Espaço**. Belém: EDUFPA, 1995. p. 13-20.

NEVES, D. P. **Mediadores políticos e desenvolvimento social**. In: NEVES, D. P. Desenvolvimento social e mediadores políticos. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2008. p. 21-44.

NEVES, D. P. **Políticas Públicas: mediação e gestão de demandas sociais**. Retratos de Assentamentos, Araraquara, n. 13, 2010. 171-206.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino. **Integrar para não entregar-políticas públicas para a**

POLANYI, K. **A grande transformação**. Rio de Janeiro: Compus, 2000.

POLANYI, K. **A subsistência do homem e ensaios correlatos**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2012.

POLLAK, Michael. **“Memória e identidade social”**. In: Estudos Históricos, 5 (10). Rio de Janeiro, 1992.

RIBEIRO, Gustavo Lins. (1991), **Empresas transnacionais: um grande projeto por dentro**. São Paulo, Marco Zero/Anpocs.

RICHARDSON, Roberto Jarry. **Pesquisa social: métodos e técnicas**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 1999. P. 327. Rio de Janeiro: Vozes, 1991

ROS, C. C. **Mediação e conflito: lógicas de articulação entre agentes de promoção social e famílias camponesas, no norte da Província de Jujuy, Argentina**. In: NEVES, D. P. Desenvolvimento social e mediadores políticos. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2008. p. 99-128. ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA AGRICULTURA E ALIMENTAÇÃO - . Food Organization of the United Nations, 2015. Disponível em: <www.fao.org>. Acesso em: 1 Setembro 2015.

SANTOS, B. S. **A crítica da razão indolente: contra o desperdício de experiência**. São Paulo: Cortez, 2000.

SANTOS, M. **Grandes Projetos: Sistema de Ação e Dinâmica Espacial**. In: CASTRO, E.;

SANTOS, M. **Por uma outra Globalização: do pensamento único à consciência ambiental**. 3 ed.. ed. Rio de Janeiro: Record, 2000.

SCHMINK, M.; WOOD, C. H. **Conflitos Sociais e a Formação da Amazônia**. Tradução de Noemi Miyasaka Porro e Raimundo Moura. Belém: Edufpa, 2012.

SOUSA, B.S. **A crítica da razão indolente: contra o desperdício de experiência**. São Paulo: Cortez, 2000

TOURAINÉ, Alain. **Crítica da modernidade**. Trad.- Elia Ferreira Edel. 6ª ed.- Petrópolis, RJ: Vozes, 1994

ZHOURI, A., OLIVEIRA, R. MOTTA, L. **Deslocamentos Múltiplos e a compulsoriedade do desenvolvimento:** urbanização e barragens em face aos lugares. Trabalho apresentado no XXXI International Congress of the Latin American Association (LASA), Washington D.C - EUA, 29 May- 1st June, 2013. Painel: Deslocamentos e desigualdades no Capitalismo Global Contemporâneo.

ZHOURI, Andréa & LASCHEFSKI, Klemens. Introdução. In: ZHOURI, A. & LASCHEFSKI, K.

ZHOURI, Andréa; BARBOSA, Rômulo; CARNEIRO, Éder (Orgs.). **Resistência à Mineração da Anglo Ferrous Minas-Rio S. A.** em Conceição do Mato Dentro. In: Mapa dos Conflitos Ambientais de Minas Gerais. Disponível em: <conflitosambientaismg.lcc.ufmg.br>. Acesso em: 23/04/2017

ZHOURI, Andréa; LASCHEFSKI, Klemens & PEREIRA, Doralice. Introdução: **desenvolvimento, sustentabilidade e conflitos socioambientais.** In: ZHOURI, A.; LASCHEFSKI, K. & PEREIRA, D. (Orgs). A Insustentável Leveza da Política Ambiental: desenvolvimento e conflitos socioambientais. Belo Horizonte: Autêntica, 2005a, pp. 11-24.

ZHOURI, Andréa; LASCHEFSKI, Klemens. & PAIVA, Ângela. **Uma Sociologia do Licenciamento Ambiental: o caso das hidrelétricas em Minas Gerais.** In. ZHOURI, A;